

Identidades professorais em movimento no contexto do sindicalismo docente: a criação do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO (Pelotas/Brasil)

Márcia Ondina Vieira Ferreira
Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel

RESUMO

Objetivamos reconstituir o processo de fundação do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO, balizando-nos em dois eixos: as transformações nas identidades docentes expressas quando da filiação a um sindicato de classe; o impacto da ação de alguns indivíduos com específica trajetória de militância. Utilizamos uma estratégia qualitativa de investigação (análise documental e entrevistas semi-estruturadas com membros da Comissão Pró-Núcleo). Destacase a organização do professorado pelotense num período de lutas contra a ditadura militar, sob a direção de docentes com participação ativa na greve estadual de 1979. A posse da primeira diretoria (31/10/1980) consolidou uma perspectiva identitária da categoria com características mais proletarizadas.

Palavras-chave: trabalho docente; sindicalismo docente; identidade docente; CPERS/SINDICATO.

ABSTRACT

Teacher identities in motion in the context of teachers' unionism: the foundation of the 24th CPERS OFFICE (Pelotas/Brazil)

We aim here at reconstituting the foundation of the 24th CPERS OFFICE, based on two facts: the changes in teacher identities expressed when people join a class union; the action impact of some individuals with specific militancy experience. Concerning methodology, we used a qualitative strategy of investigation (data analysis and semi-structured interviews with Pro Office Commission members). We highlight the organization of the “pelotense” professorate during the dictatorship, under the direction of teachers with active participation in the 1979 strike. The first board opening enabled a perspective of class identity with more proletarian characteristics.

Key words: teacher work; teacher union; teacher identity; CPERS.

Efetivamente é um outro sujeito social que se constitui. A professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, é representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Ela deve ser capaz de parar suas aulas; gritar palavras de ordem em frente a palácios e sedes de governo; expor publicamente sua condição de assalariada, não mais de mãe, tia ou religiosa, e exigir o atendimento de seus reclamos. Face à discreta professorinha do início do século, o contraste parece evidente: são outros gestos, outra estética, outra ética.

Guacira Louro (2001, p. 474).

1 Caracterização do estudo

No Brasil, a pesquisa sobre sindicalismo e/ou sobre associativismo docente e de demais trabalhadores/as em educação vem recebendo certo estímulo nos últimos anos, especialmente pela congregação de pesquisadores/as em redes de pesquisa. Por sua vez, estes/as vêm aprofundando contatos com colegas sediados em vários outros países da América e da Europa, de maneira que é possível afirmar uma caminhada em relação a uma melhor sistematização das investigações a esse respeito. Poder contrastar experiências diferentes permite a qualificação das ferramentas de análise, mas ainda é necessário acumular informações sobre os distintos formatos das organizações e continuar a fazer a reconstrução histórica de muitas experiências ainda não documentadas (GINDIN; FERREIRA; DAL ROSSO, 2013.)

Por outra parte, uma série de elementos aponta a pulverização dos estudos sobre as temáticas aqui abordadas; ao mesmo tempo, denota sua pujança e variabilidade. Primeiro, é preciso ter em conta a descentralização administrativa de nosso sistema educacional, que desde cedo caracterizou esse (amplo) país. Assim, os tipos de organizações variam com o passar do tempo e ainda dentro do mesmo período de tempo, conforme a geografia, as redes e os níveis de ensino. Dessa forma, os estudos têm dificuldade de resgatar os vínculos, as cisões ou as continuidades entre organizações marcadas por características mutuais, culturais ou profissionais e as organizações de caráter sindical – que, aliás, surgem tardiamente em relação aos sindicatos de outras categorias de trabalhadores.

Contudo, diversos/as autores/as, em nível nacional e internacional, vêm defendendo a necessidade de investigar articulações entre tipos de organizações, indicando o aprofundamento das análises sobre os processos de constituição da categoria docente, que obedecem às formas pelas quais as redes de ensino foram sendo estabelecidas e ampliadas no

transcorrer dos séculos XIX e XX, mais especialmente (VICENTINI; LUGLI, 2009; ASCOLANI, 2011).

Ademais, existe certa convergência sobre a importância da categoria *identidade* nessa particular discussão. Para alguns/mas analistas, trata-se de averiguar quais mudanças identitárias são apontadas pela transição de uma forma de associativismo a outra, como respostas coletivas a processos de regulação do trabalho. Examinam-se, pois, os diversos atores que disputam o sentido das novas representações de docente que se quer ver instaurar. Um dos teóricos bastante usados como base de interpretação dessas questões é Lawn (2001), que se ocupa do caso inglês, mas sem descartar a possibilidade de generalização:

[...] defende-se que as alterações na identidade são manobradas pelo Estado, através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controlo e numa forma eficaz de gerir a mudança. Pretende-se argumentar que ideias acerca da governação através do discurso, da construção de identidades oficiais e do policiamento das fronteiras da identidade (associando a identidade dos professores à identidade nacional e de trabalho) são úteis à compreensão de determinadas fases de desenvolvimento do ensino público e estatal, em qualquer nação (p. 118).

Então, se por um lado ele argumenta a importância do estado na gestão das identidades professorais, por outro assinala que “uma origem alternativa da produção da identidade de ensino é o envolvimento dos professores em movimentos sociais” (2001, p. 123). Na experiência inglesa, o professorado vem estando envolvido ou como suporte (“audiência”), ou como membros (“parte”) de grupos sociais e/ou políticos, gerando novas organizações e reestruturando identidades de classe. Por fim, o autor dá dois exemplos concretos: a participação do professorado no florescimento do Partido Trabalhista, no início do século passado; e a importância das sindicalistas (mulheres), ligadas ao movimento feminista, no processo de contestação ao controle estatal na Inglaterra, particularmente durante a primeira onda feminista (lutas sufragistas e outras de caráter igualitário, nos anos 1920).

Nessa mesma linha de raciocínio encontramos o trabalho de Tiramonti (2001), voltado a compreender as respostas sindicais às reformas educativas levadas a cabo desde os anos 1980, em muitos países da América Latina. Para tanto, ela busca acompanhar como o tipo de processo de desenvolvimento ocorrido em cada país promoveu o surgimento ou consolidação de diferentes sindicatos docentes, concluindo que o tipo de intervenção estatal na economia necessita de determinadas exigências de seus funcionários. De forma resumida, não haveria como promover novas formas de organização social e do trabalho, mais especialmente na última etapa do século XX, sem que o professorado modificasse sua identidade em direção a uma representação de trabalhadores assalariados. Porém, esse resultado foi obtido não apenas pela pressão estatal, mas por “um esforço explícito das organizações do magistério, que

requeriam esta mudança para assimilar suas práticas às do conjunto de movimento sindical” (2001, p. 123).

Para citar rapidamente algumas outras produções, igualmente Ferreira (2006) discute os motivos da sindicalização tendo em consideração possíveis modificações identitárias na categoria, questionando a cristalização de imagens docentes. Com base em investigações empíricas realizadas no Brasil, argumenta que, embora o processo massivo de filiação e criação de entidades com formato sindical ocorrido antes mesmo do final da ditadura militar, não há uniformidade no reconhecimento de uma identidade de trabalhadores em educação nem mesmo entre militantes sindicais.

Já Teodoro, Duarte e Gonçalves (2013) vão investigar o percurso português desde a transição do século XIX ao XX e no transcorrer desse, baseando-se também na consideração de que “o movimento sindical dos professores constitui um espaço privilegiado para o estudo da identidade dos professores” (p. 33). Ele e elas lembram que o associativismo docente em Portugal, como em muitos países europeus, teve origem no mutualismo, mas foi se transformando em função de uma maior ou menor identificação com as ideologias governamentais em cada etapa histórica.

Outro pesquisador do sindicalismo docente (na França), Robert (2013), apresenta uma reflexão que, por sua originalidade, é preciso mencionar. Ele fala do fenômeno da greve como um revelador da identidade que não deixa de assinalar as particularidades do sindicalismo professoral em relação ao das demais categorias de trabalhadores: a categoria docente não conseguiria chegar ao último estágio da pressão sobre a sociedade (os estudantes), vetando-lhes, por exemplo, os resultados escolares, sem repor aulas, pois seu principal marcador identitário ainda seria a “ideologia do serviço ao outro”.

Como pode ser percebido na breve resenha apresentada, identidades e formas de organização professoral são temas que não podem ser estudados isoladamente. Este trabalho, em particular, examina um caso concreto de articulação, tensão e ruptura entre formas associativista e sindical de organização docente, produzido a partir do processo instaurado com as greves de trabalhadores iniciadas em 1978, no Brasil. Traz a trajetória de constituição de um dos Núcleos do CPERS/SINDICATO, o 24º, e se conecta a um projeto de pesquisa mais amplo, no qual pretendemos conhecer as especificidades das trajetórias escolares, profissionais e sindicais, segundo o gênero, de sindicalistas pertencentes ao citado Núcleo, seção sindical do CPERS/SINDICATO sediado na cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul) e cuja atuação dá-se nos mesmos municípios representados pela 5ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação). O estudo dá continuidade a outros trabalhos desenvolvidos pela

equipe de pesquisa, voltados a recuperar memórias de ativistas de sindicatos de trabalhadores em educação.

Nomeadamente no recorte que aqui trazemos, objetivamos reconstituir o processo de fundação dessa seção do CPERS, balizando-nos em dois eixos: as transformações nas identidades docentes que se expressam quando da filiação a um sindicato de classe; e o impacto da ação de alguns indivíduos com específica trajetória de militância.

No que se refere à metodologia, utilizamos uma estratégia qualitativa de investigação, obtendo dados por meio de análise documental (de atas de criação e organização do Núcleo, panfletos e demais materiais impressos encontrados na sede do mesmo); coleta de fotos; e realização de entrevistas semi-estruturadas, baseadas em roteiros, aplicadas a membros da Comissão Pró-Núcleo e militantes que se tornaram, depois, membros de uma das nove gestões diretivas do Núcleo, compreendidas entre 1980-2005¹. Contamos com o mínimo de duas entrevistas por gestão, chegando à totalidade ou quase totalidade de dirigentes em algumas gestões, considerando-se que muitos/as ativistas participaram de mais de uma gestão. Frente à maioria feminina nas nominatas, tentamos obter o máximo possível de entrevistas de dirigentes do sexo masculino, conseguindo entrevistar sete dos 11 homens que fizeram parte das direções do Núcleo.

No total foram realizadas 16 entrevistas que, somadas a outras sete realizadas em projeto anterior, fazem parte de um banco de fontes sobre o 24º Núcleo, disponibilizado ao mesmo. Cabe destacar que, para este texto, foram utilizadas obviamente somente as contribuições de pessoas mais diretamente ligadas ao processo analisado.

2 Breve caracterização do CPERS/SINDICATO

No Sistema Público Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, os docentes que se ocupam do ensino fundamental e médio, especialistas em educação, funcionários de escola e dos demais órgãos do referido Sistema são representados pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, cuja sigla é CPERS/SINDICATO. Esta é a presente denominação da Associação Civil que nasceu como “Centro dos Professores Primários Estaduais do Rio Grande do Sul” (em 21 de abril de 1945); mudou seu nome para “Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul”, em 1966, quando foram incluídos docentes que não pertenciam à rede estadual, frente à

¹ Isto é: gestões compreendidas entre 1980-1984; 1984-1987; 1987-1990; 1990-1993; 1993-1996; 1996-1999; 1999-2002; 2002-2005; e 2005-2008.

municipalização do ensino que, naquele período histórico, vinha ocorrendo; e para “Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul”, em 1973, quando ingressaram em suas bases os professores de escolas secundárias; sendo finalmente transformada em Sindicato em 1989. Em 1990 incorporou os funcionários em sua base e filiou-se à CUT (Central Única dos Trabalhadores), após anos de debates, em 1996² (BULHÕES; ABREU, 1992; CPERS/SINDICATO, 1995; FERREIRA, 2003; VICENTINI; LUGLI, 2009).

Atualmente o CPERS/SINDICATO possui 42 Núcleos de caráter regional, contando com um alto número de associados, tal como se pode ver nas Tabelas I e II, a seguir. Tal número tem se mantido estável no período em que a organização atua oficialmente como sindicato, pois se em 2010 contamos com 83.923 filiados, no ano 2000 esse número era de 85.361 (FERREIRA, 2003) e, em 1991, eram 78.979 os associados à entidade (BULHÕES; ABREU, 1992). Não obstante, é preciso chamar a atenção para o fato de que a legitimidade do sindicato não é marcada exclusivamente pelo número de filiados, mas por sua capacidade de mobilização de filiados e não filiados, aspecto no qual o CPERS tem tido realce. Aliás, o CPERS se destaca historicamente por ser uma organização desde sempre voltada à luta por reivindicações trabalhistas, diferentemente de outras entidades que, em sua origem, estiveram centradas em questões de ordem assistencial ou cultural³.

TABELA I
CPERS/SINDICATO – Total de Sócios - 2010

	Ativos	Inativos	Total	%
Docentes	40.097	32.196	72.293	86,1
Funcionários	10.542	1.088	11.630	13,9
Total	50.639	33.284	83.923	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no CPERS/SINDICATO – Departamento de Processamento de Dados (coleta em janeiro de 2011).

² Essa disputa exemplifica a forma como os grupos políticos, no interior do CPERS, foram se dividindo e se reorganizando durante o período democrático. Para ter-se uma ideia, a CPB (Confederação do Professores do Brasil, criada em 1960 como Confederação dos Professores Primários do Brasil), convertida em CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação) em 1989, e a qual o CPERS está filiado, está filiada à CUT desde 1987 (GINDIN, 2011).

³ Vicentini; Lugli (2009, p. 113) assinalam que o Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul já em 1945 abordava outras questões, que não a mera prestação de serviços: “Ambos os temas – as políticas de formação docente e a remuneração – permaneceram como preocupações no discurso da entidade durante toda a sua trajetória”.

TABELA II
CPERS/SINDICATO – Filiação segundo o Sexo – 2010

	Total	%
Homens	8.429	10
Mulheres	75.494	90
Total	83.923	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no CPERS/SINDICATO – Departamento de Processamento de Dados (coleta em janeiro de 2011).

Por sua vez, como este trabalho apresenta a trajetória de constituição de um dos Núcleos do CPERS/SINDICATO, o 24º, para ter-se uma ideia de sua configuração em termos de filiados apresentamos a Tabela III, a partir da qual se pode perceber que os associados ao 24º Núcleo (que abrange os municípios de Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Jaguarão, São Lourenço do Sul, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Piratini e Turuçu) correspondem aproximadamente a 5% dos filiados em nível estadual, o que coloca o Núcleo entre os maiores do estado.

TABELA III
24º Núcleo do CPERS/SINDICATO – Total de Sócios - 2011

	Ativos	Inativos	Total	%
Docentes	2.019	1.595	3.614	85,8
Funcionários	556	43	599	14,2
Total	2.575	1.638	4.213	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO (coleta em abril de 2011).

Contudo, para tratar do assunto que aqui nos interessa, vamos centrar-nos num período específico da história do CPERS, aquele relativo à reorganização dos movimentos sociais ao final da ditadura militar, objeto da próxima seção.

3 O cenário: o CPERS/SINDICATO e as mobilizações grevistas

Tende medo somente do medo de quem cala ou de quem finge não ver.
Cântico dos professores na greve de 1979.

A reorganização dos movimentos sociais embargados pela ditadura iniciada em 1964 ocorre em meio à distensão política, de tal maneira que ambas se retroalimentam. Como sabemos, neste contexto várias categorias se levantam, sendo um demarcador a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 – que consagra a volta dos movimentos operários dez anos depois do AI5 (revogado, também, em 1978). Em termos da área da educação, a ampliação das redes de ensino sem suficiente crescimento das verbas conduz ao declínio do *status* do ofício docente e à diminuição dos salários no setor. Isso possibilitou a mobilização de setores que, até então, mantinham-se afastados da luta sindical (SOUZA, 1997).

O magistério gaúcho, por sua vez, marcou forte presença em embates contra muitos governos, mas queremos registrar a greve de abril de 1979, com o Estado sendo dirigido pelo então governador [José Augusto] Amaral de Souza, da ARENA. Indicada, em publicação do CPERS (1995), como a primeira greve do magistério liderada pelo mesmo, exigia-se do governador o cumprimento dos acordos feitos no governo anterior – no qual ele era vice-governador –, relativos a reajuste salarial e nomeação de concursados.

A Assembleia Geral que decretou a greve teve a convocação de onze entidades representativas do magistério público gaúcho⁴. A passagem do tempo foi expressando o aumento da mobilização do professorado, pois diferentes textos indicam o crescimento significativo do número de docentes nas assembleias gerais realizadas em Porto Alegre: entre três e quatro mil na ocorrida em 2 de abril, no Clube Caixeiros Viajantes. Dirigida pelo presidente do CPERS, foi a assembleia que decretou a greve para o dia 4. Na segunda assembleia, realizada em 5 de abril, havia oito mil docentes, e na de 9 de abril reuniram-se onze mil, ambas realizadas no Auditório Araújo Viana. A última assembleia, no dia 17 de abril, contando com quinze mil docentes – ocorrida no Ginásio de Esportes do Internacional, o “Gigantinho” –, decidiu pelo término da greve a partir do dia seguinte, uma vez ter sido aceita a proposta mediada por um representante da Igreja Católica, o cardeal Don Vicente

⁴ CPERS; AIERS (Associação dos Inspectores de Ensino do RS); AOERGS (Associação dos Orientadores Educacionais – RS); ADERGS (Associação dos Administradores Educacionais – RS); ASSERS (Associação dos Supervisores de Educação); FEMARS (Federação do Magistério do Rio Grande do Sul); AGPTEA (Associação Gaúcha de Professores Téc. Ens. Agrícola); APEF/RS (Associação dos Especializados em Educ. Física e Desportos); União Gaúcha dos Professores Técnicos; Associação Sul-rio-grandense de Professores; e Associação Sul-rio-grandense de Educação Pré-Primária. Respectivamente, seus presidentes, que compuseram o comando de greve: Hermes Zaneti, Celmira Amorim Dias, Maria do Carmo S. Freitas, Maria Josepha P. Motta, Edy Pereira Schneider, Margot Sperb Rodrigues, Luiz Calvete Correa, Jacinto F. Targa, Clélia Cunha Scarpini, Jurema Rodrigues da Costa e Alda Cardoso Kramer (BULHÕES; ABREU, 1992, p. 149-150).

Scherer. A proposta governamental prometia nomeação de vinte mil concursados e aumento salarial parcelado, na ordem de 70% (BULHÕES, 1983; BULHÕES; ABREU, 1992; CPERS/SINDICATO, 1995).

Os 13 dias de mobilização geraram importantes conquistas, não somente em relação à situação econômica dos professores – resultados não totalmente satisfatórios –, mas também significou, para a categoria, descobrir-se enquanto força política capaz de intervir nas questões relacionadas aos aspectos salariais, outrora decisão unilateral por parte dos governos. Também foi um despertar para lutas não apenas específicas, mas envolvendo questões condizentes com a educação de modo amplo, como, por exemplo, mobilizações e greves posteriores, que tinham, entre suas reivindicações, um ensino público e de qualidade. O aprendizado de formas mais democráticas de gestão dos conflitos foi outro ganho relevante, pois as assembleias não delegaram ao comando de greve as tomadas de decisão; a ele foi dado apenas o poder de negociar com o governo (BULHÕES, 1983).

Por outra parte, a variabilidade de organizações políticas, com diversos espectros ideológicos, a expressar-se no movimento docente como um todo denotava a importância do mesmo; dentro desse, paulatinamente as múltiplas associações existentes foram sendo aglutinadas ou cederam protagonismo ao CPERS. Nos anos seguintes o CPERS teve ampliada sua base, por filiações associadas à criação de novas seções sindicais, os “Núcleos”. São milhares de docentes filiados a cada ano (FERREIRA, 2004, p. 402). Em síntese, o movimento docente capitaneado pelo CPERS vivenciou processos caracterizadores de uma radicalização que o conduziu em direção a um formato preponderantemente sindical, tal como ocorreu em outras partes do país: fortalecimento organizacional, aumento da base de representação e crescimento da participação dentro das organizações (GINDIN, 2008).

Outro ponto a destacar é que o movimento dá princípio a uma nova visão acerca do que é ser professor, pois imperava até então a imagem da docência como sacerdócio. Os movimentos grevistas e as transformações das organizações em direção a uma perspectiva sindical rompem com o caráter individualizado do trabalho docente, levando grandes parcelas da categoria a perceberem-se como parte da classe trabalhadora. A greve de 1979 é um bom exemplo de como se constituiu essa nova identidade docente no país, no período analisado. No entanto, acreditamos que as identidades e as representações sobre a docência são elementos que atuam simultaneamente, sem que haja a vivência isolada de uma única identidade. Desta forma, embora as mobilizações tenham inaugurado essa face proletária do professorado, a identidade sacerdotal não deixou de existir; assim como, anos mais tarde, quando as greves se tornaram insuficientes para enfrentar as políticas de ajuste e as reformas

educacionais têm sustentado a existência de uma suposta desqualificação docente, a categoria tenha passado a reivindicar seu caráter profissional. Essa etapa de interpretação da história, no entanto, não será objeto deste estudo.

4 A encenação: criação do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO

Foi quando o CPERS despertou.
Prof. Sérgio Mota, sobre a greve de 1979.

Para compreender a criação do 24º Núcleo, seção sindical de uma das mais importantes organizações do professorado público brasileiro, é importante fazer alguns comentários sobre a existência de associações tradicionais de docentes sediadas em Pelotas. Como já foi dito, no campo dos estudos sobre sindicalismo docente existe toda uma discussão sobre qual o grau de articulação entre entidades tradicionais e entidades sindicais, em que casos aquelas podem ser consideradas embriões das organizações sindicais ou se são totalmente desvinculadas, etc. Este debate faz mais sentido se considerarmos que o sindicalismo docente, em nosso país, é tardio (DAL ROSSO; LÚCIO, 2004).

Inicialmente há que dizer que, no bojo do movimento escolanovista, a seção local da Associação Brasileira de Educação (ABE)⁵, em Pelotas, foi criada em 1926. A ideia central que movia a mesma era “garantir que o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse a qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre de tantos outros problemas que a assolavam” (CARDOSO; PERES, 2003, p. 25), tal como pregava o espírito escolanovista, ao situar a educação como caminho para uma sociedade mais justa e democrática⁶.

Pouco tempo depois, em 1929, foi criada em Pelotas a Associação Sul-rio-grandense de Professores (ASRGP), aliás, a mais antiga associação desse gênero no Rio Grande do Sul. Peres (2002) e Cardoso et alii (2009) estudam a importância dessa associação para o desenvolvimento da ideia de defesa dos interesses do professorado pelotense, especialmente “do ponto de vista de seu aperfeiçoamento intelectual e de suas reivindicações profissionais” (PERES, 2002, p. 7).

⁵ A ABE foi fundada no Rio de Janeiro em 1924.

⁶ O “progresso da instrução pública local” estava sendo buscado, em Pelotas, por meio de várias comissões técnicas da seção pelotense, constituídas por pessoas com presença política e social na comunidade. As comissões eram: ensino primário; ensino secundário; ensino profissional; ensino técnico e superior; ensino artístico; educação física e higiene; educação moral e cívica; e educação da infância abandonada (CARDOSO; PERES, 2003, p. 24-25).

O texto de Cardoso et alii (2009) descreve pesquisa que pretende conhecer as estratégias adotadas pela ASRGP para construir saberes-fazeres identitários. Os autores centram sua análise no esclarecimento do caráter mutual da associação e assinalam sua fundação por docentes que, anos antes, haviam participado da criação da seção pelotense da ABE. No transcorrer de décadas, a ASRGP “é a instituição fundamental para que, mesmo de forma incipiente, crie-se no magistério pelotense uma consciência de identidade docente” (p. 21); mas interessante é o resgate da migração que ocorreu entre o professorado de Pelotas, quando surgiu o 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO, em 1980. Para os autores, isso é resultado da consciência de classe que o referido professorado vai adquirindo no período.

Também Peres (2002) assinala que, em período anterior, a influência do movimento da Escola Nova sobre a ASRGP e o Centro de Professores Primários (embrião do CPERS) foi diferente. A primeira se mantinha atuando sobre a necessidade de renovação pedagógica, enquanto o segundo preocupava-se mais com a autonomia docente, vinculando esse aspecto à carreira e às questões salariais. Embora a ênfase comum na melhoria da qualidade do ensino, as consequências para o delineamento da identidade docente foram diferentes.

De fato, anos depois, os achados de nossa investigação apontam à organização do professorado pelotense em meio a um contexto de greve, num período de lutas contra a ditadura militar pela qual passava o país. Nesse sentido, destacamos a greve que mobilizou os docentes gaúchos, em 1979, como um detonador do processo de constituição do 24º Núcleo, pois os professores e professoras responsáveis pela composição da Comissão Pró-Núcleo participaram ativamente deste movimento e, durante o mesmo, travaram contatos elaborando a necessidade de criação de um Núcleo, já que acreditavam que a ASRGP não os representava adequadamente.

Essas pessoas provinham de várias escolas, e tinham diferentes experiências de militância, pertencendo ou não a correntes político-ideológicas. Algumas delas já eram filiadas ao CPERS há algum tempo ou já haviam, inclusive, participado como ativistas de Núcleos em outros municípios. O pertencimento a correntes sindicais e/ou a partidos políticos diferentes vai influenciar, no futuro, as próprias disputas no Núcleo, marcando cisões entre o grupo inicial⁷.

Naquela ocasião, no entanto, conforme as entrevistas e os documentos por nós analisados, os seguintes docentes reuniram-se inicialmente para discutir a criação do Núcleo do CPERS em

⁷ A criação do Núcleo ocorre no mesmo período em que se dá a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e a fundação da CUT, trazendo, para o Núcleo, uma divisão que se expressa, quase sempre, pela existência de duas chapas à hora de reeleger as direções. A hegemonia, ao menos desde o final dos anos 1980, vem sendo da corrente Articulação Sindical.

Pelotas, sem prejuízo de algum outro nome que, porventura, os informantes tenham deixado de mencionar: Ana Helena Beckenkamp, Cirio Machado Almeida, Clarice Terra Wetzel, Enadir Ferreira Martins, Flávio Medeiros Pereira, Maria Lúcia de Souza Voltan, Marilena Tourinho Salamoni, Pedro Moacir Vaz da Silva, Sérgio Luiz Barbosa Mota e Sonia Fontoura Cardoso.

Cabe dizer que todos os nomes citados, com exceção de Flávio Medeiros Pereira, fizeram parte de alguma das futuras diretorias do Núcleo.

A comissão provisória para a criação do Núcleo regional, que tinha como coordenador o Prof. Flávio Medeiros Pereira, reuniu-se pela primeira vez oficialmente – isto é, com a presença de representantes do CPERS/SINDICATO -, em 23 de maio de 1980, na sede da Faculdade de Educação da UFPel, localizada no prédio do Colégio São José, praticamente um ano depois das primeiras articulações entre os docentes já citados. Neste encontro foi enfatizada a importância da criação do Núcleo para tratar das questões relativas ao magistério e, conseqüentemente, à educação da região.

Os 29 docentes que assinaram a Ata desta reunião, a de nº 1 do Núcleo Regional de Pelotas do CPERS, discutiram, com a assessoria dos representantes de Porto Alegre, Profs. Danton Donatelli e Eugenio Fulkmann, “a situação que poderia ser criada entre a ASRGP e o Núcleo Regional do CPERS” a ser instalado em Pelotas. Os mesmos esclareceram que as duas “entidades de classe: a) são duas entidades representativas e por esta razão uma não pode representar a outra; b) são duas entidades com estatutos próprios, com finalidades diferentes, embora lutem pela valorização do magistério”.

Em outras duas Atas vemos menções à ASRGP, pelas quais se depreende que a Comissão Pró-Núcleo mantinha contato e atividades comuns com aquela. Por exemplo, há indicação, na Ata nº 4 (22/06/1980), de reunião no Conservatório de Música de Pelotas (Painel de Debates) com a participação de autoridades, políticos e professores e com presença do Presidente do CPERS, Prof. Hermes Zaneti, na qual se fez presente, também, a Prof. Jurema Costa, presidente da ASRGP. A Ata nº 12 (23/09/1980) relata organização conjunta, entre Comissão e ASRGP, de uma excursão para participação do professorado pelotense em Assembleia Geral em Porto Alegre.

As reuniões subsequentes da comissão – até um total de 17, segundo o livro de atas consultado – foram para tratar da participação do professorado pelotense em várias mobilizações realizadas durante o ano de 1980, tanto em Pelotas como em Porto Alegre; e das normas para realização da eleição da diretoria do Núcleo, incluindo quem teria direito a votar, quem poderia inscrever-se como candidato e como seria organizada a eleição propriamente

dita, marcada para o dia 3 de outubro de 1980 (Atas de nº 5 em diante). Observa-se, pelas assinaturas das atas, a presença de docentes de muitas escolas da região⁸.

O processo eleitoral para a direção do Núcleo foi organizado de forma a compor uma lista tríplice a ser enviada ao CPERS/SINDICATO, tal como previa o estatuto do sindicato vigente na época, sendo que só poderia candidatar-se quem houvesse se associado há pelos menos seis meses da data do pleito. Desta forma, o/a cabeça de chapa (Diretor/a) convidaria colegas de sua confiança para ocupar os demais cargos, a saber: dois Secretários e dois Tesoureiros. A Direção do Núcleo seria completada por docentes eleitos/as pelas escolas.

Nesta disputa Sonia Fontoura Cardoso foi vencedora, somando um total de 80 votos, seguida de Flávio Medeiros Pereira com 50 votos; Enadir Ferreira Martins com 48 votos; Marco Antônio Viana com 17 votos e Ana Helena Beckenkamp com 16 votos. Somando-se mais 2 votos nulos e 1 em branco, votaram 214 filiados.

A posse da primeira diretoria, gestão 1980-1984⁹, ocorreu no dia 31 de outubro na sede da ASRGP, uma vez que a sede própria do Núcleo só foi adquirida em 1983.

Desta forma, a primeira diretoria teve a seguinte composição: Diretora - Sonia Fontoura Cardoso; 1ª Secretária - Maria Lúcia de Souza Voltan; 2º Secretário - Pedro Moacir Vaz da Silva; 1ª Tesoureira - Ana Helena Beckenkamp; 2ª Tesoureira - Marilena Tourinho Salamoni.

Em resposta à nossa solicitação, os/as docentes entrevistados/as desenvolveram três tipos de reflexões, que aqui vale a pena aludir, no encerramento desta seção: a primeira, sobre a forma pela qual a greve de 1979 motivou o desejo de criar um Núcleo sindical; a segunda, em consequência, aborda o motivo do desagrado em relação à ASRGP; a terceira reflexão indica o tipo de militância anterior que desenvolveram.

Começando sua argumentação dizendo que a greve de 1979 teve início de forma quase espontânea, H3¹⁰ acredita que as lideranças também foram surgindo de forma “quase natural”.

No seu caso, ele se dispunha a viajar e acreditava na necessidade de mobilizar os colegas, mas

⁸ Tais como as seguintes escolas, aqui registradas de acordo com a nomenclatura usada pelos próprios signatários: E.E de 1º e 2º Graus Cassiano Nascimento; E.E de 1º Grau Cel. Pedro Osório; G. E. Sylvia Melo; Ginásio Estadual em Pelotas-Polivalente; E.E Adolfo Fetter; E.E Areal; E. E. Presidente Castelo Branco; G. E. Marechal Alves de Lima e Silva; G. E. Dr. José Brusque Filho; G. E. Afonso Vizeu; G. E. Dr. Antônio Leivas Leite; G. E. Ondina Cunha; G. E. Balbino Mascarenhas; Instituto de Educação Assis Brasil; E. E. Dr. Franklin O. Leite; G. E. Osvaldo Cruz; E. E. Dr. Francisco Simões; C. E. Nossa Senhora de Lourdes; G. E. Nossa Senhora Aparecida; G. E. São Vicente de Paula; G. E. Santa Terezinha; E. E. Dom Joaquim Ferreira de Mello; G. E. Dr. Alcides de Mendonça Lima; E. E. Nossa Senhora de Fátima; C. E. Monsenhor Queiroz; Colégio Pelotense.

⁹ Gestão mais longa que as demais com o propósito de que a próxima eleição combinasse com as eleições para a diretoria estadual do CPERS.

¹⁰ Usamos os códigos M+nº para o caso das mulheres entrevistadas e H+nº no caso dos homens, visando manter o caráter anônimo de suas contribuições. A paginação referida em suas falas é oriunda da paginação da entrevista transcrita.

a falta de unanimidade em relação à mobilização também existia, de tal maneira que os docentes podiam ser divididos em duas categorias, os grevistas e os não grevistas. O conservadorismo político de muitos professores se associava ao uso, também político, da máquina pública, pois havia muitos professores nomeados sem concurso ou realizando tarefas não docentes. A defasagem salarial e a não nomeação de concursados era o maior motivo da greve. Dentre os grevistas, aqueles que participaram ativamente e que eram estudantes de um curso de Especialização realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, lançaram a ideia de criação de um Núcleo e começaram as primeiras articulações.

Na opinião do informante, a ASRGP chegava a ser um empecilho à mobilização dos professores:

a entidade não mobilizou o pessoal na primeira greve de 79 e tinha uma posição contrária... Posso cometer um equívoco, mas a, a, a posição era uma... A Associação era uma entidade eminentemente mais cultural que reivindicatória, então se caracterizava por emprestar livros, por ceder um espaço... Um espaço muito bem localizado, mas não, não se posicionou a favor de fato [...] das situações [...], principalmente da luta econômica que foi o principal motivo das greves (H3, p. 11).

De forma curiosa, outros entrevistados usam o termo “natural” e explicitam o caráter de adesão espontânea à greve, sendo que um indica que soube da mesma ao ouvir notícia em uma estação de rádio. A espontaneidade que o acometeu o levou, e a colegas seus, a procurarem a ASRGP para informações e para organizar-se. Sua posição quanto a essa associação é semelhante à anterior, e a que, em seguida, transcrevemos:

não existia Núcleo aqui, como é que a gente [...]. Vamos lá na Associação Sul-rio-grandense de Professores, que é uma entidade que pretende representar os professores [risos] embora fosse uma biblioteca... Bom, fomos, e quando chegamos lá na Associação, isso não tinha sido combinado entre as escolas, mas acabou fechando, a gente encontrou colegas de outras escolas também, tinham resolvido se dirigir pra lá (H6, p. 10).

Bom e o que nós fomos... Fomos até a Associação pra saber o que a Associação ia fazer, né? Assim, livre, espontaneamente (M9, p. 2).

A relação feita pelos entrevistados entre o caráter não militante da ASRGP e sua condição de “biblioteca” se repete em outros depoimentos, revelando o ponto de vista comum ou as memórias semelhantes das pessoas que atuaram no movimento de concepção do Núcleo. H5, por exemplo, adiciona a consideração de que a ASRGP oferecia resistência à operação do Núcleo, enquanto H6 assinala que, quando da oficialização da Comissão Pró-Núcleo, o CPERS enviou representantes para averiguar a representatividade do grupo, com receio de estimular o esvaziamento da ASRGP. Porém, para os entrevistados, a referida associação só servia para dificultar a organização do professorado pelotense nos moldes de uma organização

classista que colaborasse para a melhoria salarial, das condições de trabalho e do ensino realizado.

Com efeito, essa é a condição objetiva citada pelos informantes, como sendo um condutor natural à greve, como se percebe no depoimento de M1:

momento de grande defasagem, de problemas nas escolas, porque a gente fazia campanhas pra, a gente fazia festa pra conseguir dinheiro. Nós não tínhamos verba de lugar nenhum. A escola tava completamente solta. Fazíamos festa então pra dar suporte pros, pros gastos da escola e isso era muito grave. Então e também, na verdade, queríamos também dar o grito político (p. 6).

No que se refere à existência de atividade política anterior ou concomitante ao evento citado, as e os docentes apresentam experiências diferenciadas. Assim, para falar de alguns dos articuladores do Núcleo, M1 e M9 indicam ter sido simpatizantes e H3 filiado ao PCB, sendo que M1 já havia sido diretora de Núcleo do CPERS em outro município. H5 e H6 não tinham experiência política; ao contrário, no caso desse último talvez se possa dizer que sua sindicalização é que conduziu, posteriormente, a seu ingresso num partido (o PMDB).

5 *Grand finale*: transformações nas identidades docentes

Neste artigo procuramos destacar a organização do professorado pelotense num período de lutas contra a ditadura militar, sob a direção de docentes com participação ativa na greve estadual de 1979. A posse da primeira diretoria (31/10/1980) consolidou uma perspectiva identitária da categoria com características mais proletarizadas. São esses dois aspectos que queremos frisar nestas conclusões.

A construção de uma identidade docente próxima à representação de trabalhadores da educação começa a ser forjada pelo impacto da ideia, desencadeada pelo movimento de 1979, de unidade na ação e força numérica para obter resultados nas condições de trabalho, salário e carreira. Se isso é real em nível estadual, é perceptível também em relação aos municípios circundantes a Pelotas. Sobre isso os e as informantes narram o paulatino aumento do número de ônibus que se deslocavam a Porto Alegre, para participação do professorado da região, nas várias assembleias gerais ocorridas durante a greve.

Pode-se afirmar, então, que o processo de constituição dessa nova imagem foi resultado da iniciativa gestada pelo próprio professorado, ao reconhecer-se como categoria e com a intenção de legitimar suas reivindicações; o Estado colaborou nesse processo ao retirar da categoria elementos que poderiam mantê-la próxima a uma identidade de caráter mais “profissional”, empurrando-a para a perspectiva sindical. No caso analisado, o resultado mais

significativo foi a ampliação do esvaziamento da ASRGP como organismo aglutinador do professorado pelotense e sua substituição, em termos de representatividade, pelo 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO.

Em nível estadual, tal processo adquire seu auge até a legalização do CPERS como sindicato, em 1989. Para ter-se uma ideia da amplitude do processo de fortalecimento da organização estudada, basta saber que o registro do último Núcleo do CPERS ocorreu em março de 1990, ou seja, em 10 anos de crescimento a organização conseguiu criar mais 18 Núcleos por todo o estado do Rio Grande do Sul. Isto é: a transformação do CPERS em direção a um sindicato de base ocorre em virtude de sua interiorização.

Contudo, é preciso enfatizar aquilo que já foi explicitado anteriormente: não existe um extermínio de uma identidade por outra, pois diferentes identidades convivem e o grau de proximidade do professorado com uma ou outra depende da circunstância vivida, manifestando-se distintamente em cada grupo ou indivíduo. Assim, uma coisa é a atuação cotidiana de um/a docente no espaço de sala de aula, a imagem que tem do seu trabalho pedagógico, a valorização que faz de suas capacidades técnico-profissionais, outra coisa é a decisão que toma para sua participação num processo coletivamente organizado.

O segundo elemento que gostaríamos de realçar é o relativo ao perfil das pessoas envolvidas mais diretamente na fundação do Núcleo. Como vimos, os informantes atribuem a esse processo o caráter de “espontâneo”. No entanto, sabe-se que muitos dos docentes que se reuniram para a criação do Núcleo eram alunos do Curso de Especialização em Educação da FaE/UFPel, instituição que, naquele período, podia ser considerada uma espécie de reduto da intelectualidade da esquerda democrática na cidade de Pelotas; alguns de seus professores, ligados à Igreja Católica, identificavam-se com a teologia da libertação. Imagina-se que seus estudantes fossem influenciados pelas discussões ali travadas, pois o local, em várias ocasiões, trouxe intelectuais influentes na época, como Moacir Gadotti e Maurício Tragtenberg.

As experiências de atuação política dos militantes, por outro lado, eram bastante diferentes. Havia quem pertencesse a partidos e/ou organizações políticas, como o Partido Comunista Brasileiro. Havia quem proviesse de organizações da Igreja Católica, como comunidades eclesiais de base, que mais tarde confluíram para a criação do Partido dos Trabalhadores. Havia quem, até hoje, quisesse considerar-se “independente”.

A ligação com o CPERS, na ocasião, também era variada, com docentes que já eram filiados ao CPERS estadual e, até mesmo, docentes que já haviam participado da direção de Núcleo do CPERS em outro município. E havia pessoas que somente pela pressão da greve tinham se

aproximado do mesmo. Mas o que unifica todos e todas é o desconforto em relação à política educacional e trabalhista do governo do Estado e, no limite, a insatisfação com o processo ditatorial ainda vigente no país.

Então, embora a ASRGP, por meio de sua presidente, estivesse presente no comando geral de greve em 1979, um grupo pelotense de professores acreditou que tal entidade não representava mais a identidade que estava vivenciando na ocasião e que sua atuação era insuficiente para conduzir as demandas do professorado.

As narrativas obtidas são uniformes e ricas em informações, apesar de terem sido tomadas quase 30 anos após os fatos e de seus autores terem seguido diferentes caminhos políticos e profissionais. Para finalizar, destacamos uma das consignas lembradas por um informante, e que representava a importância da luta por condições materiais de sobrevivência como objeto unificador do professorado que, em 1979, idealizou e levou a efeito a criação do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO: “você que não participou da greve e estava contente com seu salário, coloque aqui a diferença que está recebendo”.

Referências

ASCOLANI, Adrián. *Hipótesis e interrogantes para una agenda de investigación sobre el desarrollo histórico del sindicalismo del magisterio*. In: SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 3., 2011, UERJ, Rio de Janeiro. p. 1-9. (mimeo)

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. *O movimento do magistério público estadual do Rio Grande do Sul de 1977 a 1982*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____; ABREU, Mariza Vasquez de. *A luta dos professores gaúchos – 1979/1991; o difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CARDOSO, Aliana A.; PERES, Eliane. A criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2003, Porto Alegre. *Anais*. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003, p. 17-29.

CARDOSO, Sérgio; TAMBARA, Elomar; ALMEIDA, Jezabel B. de. Associação Sul Rio-grandense de professores: uma associação de ajuda mútua docente no Rio Grande do Sul. ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL; SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 2009, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. Disponível em <http://nupet.iuperj.br/rede/seminario2009.htm>

CPERS-SINDICATO 50 anos; compromisso com a cidadania plena. Porto Alegre: Tchê!, 1995.

DAL ROSSO, Sadi; LÚCIO, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 14, n. 33, jun. 2004, p. 113-125.

FERREIRA, Márcia O. V. *Docência e relações de gênero: participação de mulheres e homens no CPERS/SINDICATO*. Pelotas: UFPel, 2003. Relatório de Pesquisa.

_____. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 122, maio/ago. 2004, p. 391-410. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22510.pdf>

_____. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a02v32n2.pdf>

GINDIN, Julián. *Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. 298p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. Sindicalismo docente en México, Brasil y Argentina; una hipótesis explicativa de su estructuración diferenciada. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, México, v. 13, n. 37, abr./jun. 2008, p. 351-375.

_____; FERREIRA, Márcia O. V.; DAL ROSSO, Sadi. Apresentação: questões sobre teoria, história e movimentos. In: _____. (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos*. Brasília: Paralelo 30, 2013. p. 9-12.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 117-130, jul./dez. 2001.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: UNESP/Contexto, 2001, p. 443-481.

PERES, Eliane. *Missão e apostolado* docente: aspectos do discurso oficial e do discurso associativo sobre a profissão docente no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – ASPHE, 8., 2002, Gramado, *Anais*. Gramado: ASPHE, 2002.

ROBERT, André. *Sobre alguns instrumentos teóricos para pensar a greve docente*. Disponível em: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Robert2013.pdf>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

SOUZA, Aparecida Neri de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, Marcia de Paula (org.). *O trabalho em movimento; reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997, p. 113-174.

TEODORO, António; DUARTE, Rosa S.; GONÇALVES, Maria N. Associativismo, sindicalismo e identidade(s) docente(s): algumas particularidades do percurso português. In: GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia O. V.; DAL ROSSO, Sadi. (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos*. Brasília: Paralelo 30, 2013. p. 29-41.

TIRAMONTI, Guillermina. Sindicalismo docente y reforma educativa en la América Latina de los '90. In: _____. (Coords.). *Sindicalismo docente & reforma en América Latina*. Buenos Aires: FLACSO/Temas, 2001. p. 111-146.

VICENTINI, Paula P.; LUGLI, Rosario G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

Márcia Ondina Vieira Ferreira é professora do PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - marciaondina@uol.com.br

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel é mestranda vinculada ao PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, tendo sido Bolsista de Iniciação Científica do CNPq - marciavolz@yahoo.com.br

Endereço: Faculdade de Educação/UFPel

Rua Alberto Rosa, 154, 2º andar.

96010-770 – Pelotas - RS